

40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
SPG 25: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
EPISTEMOLOGIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO E O
MEIO AMBIENTE

Lindomar Wessler Boneti

Introdução

Propõe-se uma reflexão teórica acerca da relação entre a concepção epistemológica clássica das políticas públicas de desenvolvimento com as questões ambientais. Assim, busca-se responder a seguinte questão: como se apresenta em termos de níveis de dificuldades e similaridades a questão ambiental no contexto do constructo teórico e epistemológico clássico das políticas Públicas de desenvolvimento?

Com esta perspectiva, aborda-se a questão das políticas públicas as considerando para além de uma mera Ação de Governo, relacionando-as às teorias de Estado e assim considerando a complexidade de ordem teórica, epistemológica, política e ideológica que envolve a dinâmica da formulação e operacionalização de uma política pública. Entende-se que a compreensão positiva de associar uma política pública a uma mera Ação de Governo esconde complexidades de ordem epistemológica, ideológica e política.

A partir do entendimento de políticas públicas explicitado acima, argumenta-se que as políticas públicas de desenvolvimento têm fundamento na razão moderna, a partir da epistemologia do Estado Moderno, e assim se apresentam e se justificam a partir de um discurso racional técnico respondendo a ótica da formação social capitalista. Argumenta-se que com esta formulação epistemológica, além de não ser possível se considerar uma política pública neutra, a serviço de todos e do bem-comum, a rigidez institucional de uma política pública de desenvolvimento, com fundamento na técnica, se distancia do mundo da vida associado ao bem-estar ambiental.

Ou seja, ao se afirmar que uma política pública não se resume numa mera ação de governo e guarda complexidades associadas a uma epistemologia, se diz que se fundamenta num conhecimento produzido historicamente, especialmente em relação aos princípios epistemológicos e o método, a partir dos quais se estabelece parâmetros de reconhecimento racional dos conhecimentos produzidos no âmbito da produção da vida e por conseguinte ambiental. Neste caso, pergunta-se: Pode se garantir que os princípios epistemológicos e métodos utilizados na contemporaneidade como parâmetros de cientificidade apresentam guarida aos conhecimentos singulares produzidos no âmbito da produção da vida e da relação do homem com o meio ambiente? Esta questão traduz a inquietação fundante a qual motiva a análise que se produz neste texto. Ou seja, parte-se da desconfiança de que os parâmetros de cientificidade praticados nos dias atuais, a institucionalização, o conjunto de regras, normas e valores, do conhecimento que fundamenta as políticas de desenvolvimento e a relação desta com a questão ambiental, tem ainda como fundamento a epistemologia moderna, a qual não dá conta de atribuir racionalidade e veracidade científica ao conhecimento singular e novas experiências de proteção ambiental.

Assim, considerando que no contexto atual se tem uma nova configuração social, quando múltiplas dinâmicas sociais, culturais e políticas se apresentam, com o advento de novos saberes e novos parâmetros de verdade, impõe-se a necessidade de relativizar o conceito clássico de verdade e cientificidade assentado na Razão Moderna para uma política de desenvolvimento. Impõe-se a de uma nova epistemologia na perspectiva de se garantir guarida ao conhecimento produzido no mundo da vida enquanto novas experiências de preservação ambiental. Em outras palavras, a análise que desenvolve neste texto parte da desconfiança que a epistemologia da ciência hoje, com base na razão moderna na medida em que se distancia do mundo da vida, da cultura, da tradição, da expressão da vida e novas experiências, distancia-se também da expressão real da vida e dos seus saberes produzidos como estratégias de sobrevivência, como é o caso do senso comum. Isto ocorre não apenas no que se refere aos parâmetros de verdade, mas especialmente ao método associando ciência à verdade técnica, com peso na mensuração.

Na perspectiva de responder esta indagação, alguns caminhos são necessários trilhar como é o caso de um breve recordar da epistemologia clássica da ciência moderna; a crise da razão moderna; o advento de um novo contexto com novos saberes o que se poderia constituir novas experiências na relação homem x ambiente

Ao se falar de epistemologia, transitando pelo campo da filosofia, não se ousa se aprofundar no estudo deste conceito, fazendo-se importante apenas clarear do que se fala, utilizando-se assim o conceito da “epistemologia moderna” como método de análise. E, como diz Boaventura de Souza Santos (1987, p. 19), “...não será despropositado perguntar: o que é afinal epistemologia (...) epistemologia é o ramo da filosofia que investiga a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento.

A construção histórica do preceito da mensuração e da universalização dos parâmetros da verdade e de cientificidade utilizados nas políticas públicas de desenvolvimento

Inicialmente é preciso considerar que a epistemologia das políticas públicas de desenvolvimento se constitui de uma construção histórica tendo a palavra “razão” como chave significando a busca de uma sociedade regida no racional.

A palavra razão traz consigo um sentido de verdade, ou seja, a razão é entendida como portadora da verdade. Mas trata-se de uma verdade que em decorrência do contexto histórico em que a ideia de razão passou a ser desenvolvida conservava uma estreita ligação com os conceitos matemáticos. Não porque a matemática em si fosse considerada a verdade, mas o método matemático seria o portador da verdade graças o seu sentido de objetividade e exatidão o que levaria a uma indiscutível comprovação. Assim nasceu a ideia de razão conservando até os dias atuais esse sentido matemático, sendo entendida hoje como algo calculado e decidido a partir de critérios racionais. Como diz Frank Grandjean (1920, p. 10): “La raison: le sens qui calcule”. A ideia do cálculo da razão vem mesmo da matemática, mas, por outro lado, a extrapola se analisarmos a questão a partir do sentido que é atribuído à razão nos dias

atuais. O calcular, além de dar uma ideia de exercício matemático, tem um sentido de “racionalizar”. Uma ação “racionalizada” é calculada, mesmo que não envolva conceitos matemáticos, mas que carrega critérios de verdade. Isto é, trata-se de uma ação pensada a partir de critérios que não sejam unicamente emocionais, que não sejam afetivos, que não sejam religiosos, etc. É neste sentido que a ideia de razão traz consigo a ideia do material, do concreto contrapondo-se à ação abstrata não objetiva.

Essa ideia do significado da razão como sendo uma ação calculada a partir de critérios objetivos oriundos da matemática, é expressa nitidamente por alguns filósofos quando se referem a uma ação racional. Por exemplo, Grandjean (1920, p. 10-59) sugere oito funções para a razão: a comparação, o reconhecimento, a abstração, a classificação, a definição, a conceitualização, o julgamento e o racionamento. Tais funções demonstram, a partir da própria significação do termo, a busca da exatidão daquilo que se aproxima da materialização.

Jürgen Habermas (1986, p. 17-58) tem uma compreensão um pouco mais ampla em relação à razão. O conceito de razão para este autor é por ele utilizado para dar base a sua teoria do agir comunicacional. Nessa teoria Habermas amplia o conceito de razão extrapolando-o do nível da pura definição epistemológica, muito embora, se observe que o sentido básico permanece o mesmo, ou seja, a razão é entendida como algo calculado, pensado e medido. Por exemplo, Habermas toma o discurso como centro de referência da sua teoria do Agir Comunicacional. Assim sendo, inicialmente ele dá uma definição “provisória” da razão como ele mesmo diz, a partir de três critérios: 1. O conteúdo de significação: uma ação racional tem um conteúdo de significação. Esse conteúdo de significação, ao nível da comunicação, torna-se uma objetividade. Uma ação objetiva é uma ação concreta, existente no mundo real com comprovação palpável de sua existência, logo trata-se de algo materializado. Uma ação que tenha uma explicação abstrata a partir de um ser não existente no mundo real não é objetiva, logo não é racional. Em síntese, uma ação deve ter um significado para isto ela deve ser objetiva, logo ela é racional. 2. Condição de validade: Habermas apresenta três itens importantes para dar condição de validade a uma ação: a ação deve tratar de algo do mundo

real; a ação deve ter um objetivo; o processo da realização da ação deve ser controlado tendo em vista a obtenção do sucesso. Observa-se que em tais condições, aparece novamente o real e o material. Acrescenta-se que uma ação racional deve ter um objetivo. Ora, para ter um objetivo uma ação deve ser pensada e calculada antes de ser executada. Acrescenta-se também o controle. Uma ação racional deve ser lançada com vistas ao sucesso, assim ela deve ser controlada para alcançar um objetivo previsto. 3. Argumentação com capacidade de crítica e fundamentação. Uma pessoa racional, segundo Habermas, é aquela que faz uma afirmação e pode fundamentá-la diante da crítica, indicando as evidências que correspondem a essa afirmação. Logo, o autor desta ação utiliza critérios objetivos para pensar, antes de executar essa ação.

A partir deste primeiro entendimento do significado mais epistemológico da razão, faz-se necessário, a seguir, estudar como se desenvolveu este conceito de razão no âmbito do contexto histórico do desenvolvimento da ciência e da produção econômica, assim como as influências deste conceito de razão sobre as políticas de desenvolvimento e a relação destas com a questão ambiental.

A ideia de razão já tem um sentido histórico porque ela constitui a principal fonte de busca entre os intelectuais no final da Idade Média. Essa ideia foi desenvolvida, em especial, entre os iluministas que buscavam construir uma nova sociedade em oposição à sociedade feudal. A racionalidade tinha uma importância entre os iluministas, pois ela, na visão deles, seria o caminho que conduziria a sociedade ao progresso, entendendo-se este progresso como sendo um movimento da sociedade em direção sua cientificidade e, conseqüentemente, em direção ao seu pleno bem-estar. Tal progresso seria a forma de fazer com que a sociedade saísse das condições do atraso inerente ao sistema político e econômico da Idade Média. Naquele momento histórico a ideia de razão tinha um significado muito claro: racional o que fosse originado da ciência. A partir de então a ciência passou a ocupar o lugar central da sociedade, o lugar ocupado anteriormente por Deus, conforme observa Alain Touraine (1992, p. 24).

É deste constructo teórico, inicialmente absorvido pelas ciências naturais, onde tem guarida a epistemologia clássica das ciências do homem. Como bem salienta Grinevald (1975 p. 40), com o avanço da ciência do domínio da natureza, a partir do método experimental, a física parece ser o primeiro ingrediente a se integrar no processo da formação das ciências humanas. A economia política foi constituída na Inglaterra no decorrer da Revolução Industrial e da glória de Newton, quando se tinha uma influência considerável da epistemologia positivista. A partir de então, grandes teóricos das ciências do desenvolvimento econômico, como Adam Smith, Walras, Pareto e Saint-Simon, desejavam ser o Newton da mecânica social da produção e do consumo de riquezas. A construção das ideias das ciências humanas, a partir das ciências da natureza, fez com que esta, as ciências humanas, fossem assumindo ingredientes típicos das ciências naturais.

Para a análise que aqui se faz é importante recordar alguns momentos-chaves no processo histórico da construção da epistemologia moderna, dando especial atenção ao período a partir do século XVII quando, no dizer de Boaventura de Souza Santos (1987, p. 17) a reflexão epistemológica moderna tem as suas origens e atinge um dos seus pontos altos em finais do século XIX, ou seja, no período que acompanha a emergência e a consolidação da sociedade industrial e assiste ao desenvolvimento espetacular da ciência e da técnica. Neste período histórico alguns ingredientes epistemológicos de ciência e conhecimento se consolidam. Importante se faz os recordar e os comparar com a dimensão do mundo da vida e ambiental, por exemplo:

O preceito da mensuração e da universalização dos parâmetros da verdade e de cientificidade

Pode-se considerar que os preceitos da mensuração e da universalização apresentam-se como vedetes da epistemologia moderna, como parâmetros de verdade e de cientificidade, abrindo caminho para os demais. Mensuração e universalização apresentam características que somente eles vedariam atribuir razão ao conhecimento singular fruto do mundo da vida.

Como diz Jacob Bronowski (1978) no livro “As origens do conhecimento e da imaginação”:

Galileu e seus sucessores pensam a ciência como capaz de descobrir a verdade *global* da natureza. Não somente a natureza é escrita numa linguagem matemática decifrável pela experimentação, como essa linguagem é única; o mundo é homogêneo: a experimentação descobre uma verdade geral. Os fenômenos simples que a ciência estuda podem desde logo entregar a chave do conjunto da natureza, cuja complexidade não é mais que aparente: o diverso reduz-se à verdade única das leis matemáticas do movimento.

Isto é, o pressuposto da homogeneidade e o da mensuração do mundo real leva ao desconhecer e não se considerar as complexidades, particularidades, singularidades e contradições dialéticas do mundo real.

Adoção do modelo matemático das ciências naturais na compreensão do mundo social.

Como já se fez referência acima, o modelo matemático, junto com o da universalidade, apresentou-se como ingrediente pai na construção da trajetória da construção da epistemologia moderna. Mas é importante ressaltar um marco importante na história, o século XVIII, quando este princípio passa a ser adotado como modelo também para as ciências do homem, a matemática e a técnica como sinônimo de Razão no mundo social.

Este argumento é salientado por Habermas (1987, p. 161) no livro Teoria do Agir Comunicacional, Tome 1, ao lembrar que os principais pressupostos filosóficos da razão moderna se encontram na obra de Condorcet (2004), escrito em 1794, “Esboço de um Quadro Histórico do Progresso do Espírito Humano” onde o modelo de racionalidade é representado pelas ciências matemáticas da natureza: observação, experimentação e cálculo. Neste livro a construção do modelo de racionalidade, se apresenta a partir de quatro caminhos: associando o conceito de perfeição (arte, psicologia, etc.) ao modelo do progresso científico; enfocando a supertição e pré-julgamento como elementos opostos do progresso científico, com isto cortando as

representações religiosas, filosóficas, morais e políticas vindas da tradição; ressaltando a convicção que as ciências da natureza servem igualmente ao aperfeiçoamento moral do homem; o progresso do conhecimento, que assumido pelas ciências humanas da mesma forma que os do conhecimento da natureza, contribuirá para o desenvolvimento do indivíduo e da coletividade.

A substituição da ideia do movimento e transformação pela evolução:

O exercício de parar para pensar a realidade no mundo grego, numa perspectiva dialética a partir do parâmetro do movimento e da transformação, suplantado no período medieval, é resgatado na discussão sobre o método por Bacon e Descartes e posto em prática nos estudos de Galileu Galilei entre outros. Porém, no Século XIX, Saint-Simon, conforme bem analisa Pièrre Ansart (1970) propõe substituir a ideia da crítica e da mudança para a consolidação da ordem, a partir do modelo racional da sociedade industrial, com assento na técnica. É evidente que este fator tem um peso político uma vez que tratava-se de um momento de consolidação das relações capitalistas de produção e classe burguesa como dominante. Este pressuposto é muito bem utilizado por Augusto Comte na Filosofia Positiva, traduzindo a ideia da mudança pela expressão do progresso, consolidando assim a epistemologia positiva da ciência e da organização institucional da sociedade capitalista. Isto significa que a partir de então, na nova sociedade industrial, ciência, técnica e indústria, passam a comungar a mesma epistemologia, configurando-se assim num projeto burguês e do modo de produção capitalista.

Isto leva, segundo Boaventura de Souza Santos (1987) a alguns fatores significativos, tais como: 1- a alienação do conhecimento do senso comum e do discurso estético dos parâmetros de cientificidade (p. 13); 2- a estabelecer relação entre a objetividade e a subjetividade. "... a subjetividade social é cada vez mais o produto da objetivação científica" (p. 13); a existência da dogmatização da ciência como mecanismo da representação do mundo: "O positivismo lógico representa, assim, o apogeu da dogmatização da ciência, isto é, de uma concepção de ciência que vê nesta o aparelho privilegiado da representação do mundo..." (p. 23); o aparecimento do etnocentrismo

epistemológico:”... é de saber se, à semelhança do debate antropológico, caracterizar as ciências sociais a partir das ciências naturais é ou não uma forma de etnocentrismo epistemológico. No meu entender é...”(p. 70).

Em síntese, os parâmetros de cientificidade das ciências do homem, como os das ciências sociais hoje, se constituíram associados à lógica matemática, isenta de características culturais, religiosas e tradição e portanto do mundo da vida, destituindo o caráter racionalidade do conhecimento singular. Isto implica dificuldade de se dar racionalidade a experiências do senso comum associando a vida prática do homem e a relação desta com o meio ambiente.

A crise da epistemologia clássica da ciência moderna a partir de uma nova feição e expressão do mundo da vida e da natureza

Dois fatores justificam um momento de crise da epistemologia clássica da ciência moderna, os seus próprios fundamentos teóricos e o advento de uma nova configuração da mundo originada a partir de eventos históricos envolvendo o mundo da vida e da natureza.

A crítica à epistemologia clássica das ciências sociais do homem diz respeito fundamentalmente à alienação do mundo da vida na medida em que utiliza como parâmetro de cientificidade a mensuração e a isenção à tradição, traços culturais e religiosos e novas experiências . Entre inúmeros pensadores que fundamentam a crítica à epistemologia clássica da racionalidade moderna, Habermas (1987, p.159-160, tome I, resume a essência desta crítica ao considerar que entre os pensadores clássicos, o que mais aproxima a razão ao mundo da vida seria Max Weber em decorrência da estrutura de símbolos contemplada por este pensador mas Habermas o questiona pela fragmentação da sua teorização em tono da razão ao se limitar a associar a razão à racionalidade capitalista: forma capitalista das atividades econômicas. Dando continuidade, em outra obra, “Técnica e Ciência como Ideologia” Habermas (2001, p. 46), dialogando com Marcuse afirma que:

“Marcuse está convencido de que, naquilo que Max Weber chamou de “racionalização”, não se implanta a “racionalidade” como tal, mas em nome da racionalidade, uma forma determinada de dominação política oculta...

Marcuse chega a esta conclusão: O conceito de **razão técnica** é talvez também em si mesmo ideologia. Não só a aplicação mas já a própria técnica é dominação metódica, científica, calculada e calculante (sobre a natureza e sobre o homem)”

Mas o advento da crise da Razão Moderna se deve muito mais ao próprio contexto social a partir de uma nova configuração da expressão do mundo da vida. Especialmente no final do século XIX e início do século XX afloram contradições em relação ao advento da razão moderna, particularmente em relação ao pressuposto iluminista associando a técnica à redenção humana. As contradições teóricas do movimento revolucionário alemão, particularmente o marxismo, a ascensão do Nazismo, a primeira e segunda guerra mundial, a destruição humana e ambiental são fatores que explicitam estas contradições. Como diz Boaventura de Souza Santos (1987, p. 139) no que se refere ao uso político da ciência: “A nível internacional, procedia-se na Alemanha, desde 1933, a uma política de aviltamento da ciência, da submissão desta aos objetivos sociais e políticos do nazismo”.

Trata-se de uma crise que dá origem a uma inquietação que se expressa no mundo acadêmico. Um exemplo desta inquietação pode-se citar a Escola de Frankfurt. Como diz Matos (1995, p. 6), “A ascensão do nazismo, a Segunda Guerra, o “milagre econômico” no pós-guerra e o stalinismo foram os fatores que marcaram a Teoria Crítica da Sociedade, tal como esta se desenvolveu dos anos 20 até meados dos anos 70”, ou ainda da mesma autora (p. 7): “Em nome de uma racionalidade crescente, os processos sociais são dominados pela ótica da racionalidade científica, características da filosofia positivista.”. Certamente que Habermas (2001) no seu livro Técnica e Ciência como Ideologia exprime com nitidez o foco central da preocupação dos pensadores desta escola, o de questionar a premissa aliando a técnica à Razão.

No geral, o advento de um novo contexto social suscita a necessidade da reconstrução da razão a partir do mundo da vida estabelecendo-se uma relação afetiva entre homem e natureza. Entende-se que o processo da globalização pode se constituir em processo de interação (mudança) ou de disjunção (conflito). Isto significa dizer que nem sempre um processo social

traga resultados positivos para a população, pode trazer para algumas pessoas, mas para outras não. O processo social altera a forma de vida social e com isto altera a trajetória de vida das pessoas. A produção de novos conhecimentos, por exemplo, pode trazer grandes benefícios para as pessoas que têm acesso a estes conhecimentos produzidos recentemente. Mas para as pessoas que não têm acesso a este conhecimento novo podem sofrer um processo de disjunção, de exclusão, isto porque o conhecimento que estas dispõem não mais é válido para o novo momento social.

Conforme a análise feita por Tavares dos Santos (2007, p.19), o processo da globalização pode derivar simultaneamente: a) integração através da homogeneização. Na ótica da produção econômica mundial existe uma perspectiva de processo de integração através da homogeneização, especialmente de hábitos culturais de consumo e de habilidades para o trabalho; b) Tensões, Desigualdades, Diferenciações e Exclusões. Ao mesmo tempo que este processo de expansão das relações econômicas globais se constitui de um processo de integração através da homogeneização de hábitos culturais e de habilidades para o trabalho, provoca uma outra força na sociedade, aquela que trás tensão, desigualdades e exclusão social. Todo processo de homogeneização social provoca desintegração. Isto porque, entre outros fatores, o processo de homogeneização implica na aquisição de novos conhecimentos, novas habilidades para o trabalho, etc. desvalorizando habilidades e saberes anteriores; c) Modificações nas noções de espaço/tempo. As novas tecnologias, especialmente a rede mundial de computação, aproximou as pessoas no sentido da simples comunicação, criando uma nova dinâmica na produção econômica, de pesquisas, de estudos, etc.; d) No plano da organização do trabalho. Sem dúvida que uma das maiores mudanças ocorridas nas últimas décadas tenha sido em relação à organização do trabalho, o que se constituiu um processo social de grande impacto, em grande parte disjuntivo, isto é, provocando desemprego e exclusão social; e) Mutações nas relações de sociabilidade. O conjunto das transformações econômicas, políticas, culturais e sociais as quais caracterizam a sociedade global hoje, provocaram mudanças nas relações de sociabilidade, provocando um processo simultâneo de

integração comunitária e de fragmentação social, de massificação e de individualização.

A partir desta nova configuração da expressão do social exposta acima, pode-se indagar se a epistemologia clássica da razão moderna, tal como foi também exposta acima, se apresenta em condições de absorver de forma justa os novos conhecimentos advindo deste novo mundo da vida como é o caso da relação do homem x natureza?

No caso brasileiro este novo contexto tem início com a própria “revolução burguesa”, como expressa Florestan Fernandes (1976), destituindo-se o modelo cultural burguês como sinônimo de civilidade, de verdade e de comportamento individual. Com advento de uma nova noção de cultura, daquela associada ao acumulado de saberes escolarizados e eruditos, conforme observações de Denys Cuche (2002), em “A Noção de Cultura nas Ciências Sociais” para a noção antropológica, o da expressão da vida, nos moldes de Clifford Geertz (1989) tem origem um novo olhar para o contexto social.

Contribui com este evento a chegada ao Brasil de estudos científicos etnográficos, sociológicos e antropológicos para os quais o mundo cultural passou a ter outro enfoque. Como exemplo pode-se citar os estudos estruturais de cultura de Lévi-Strauss e a análise funcionalista da cultura de Malinowski, como expressão da vida no presente, destituindo a relação histórica entre cultura e evolução social. Estes fatos se fizeram importantes na destituição de um modelo cultural burguês como sinônimo de civilidade.

Sem dúvida que a Semana de Arte Moderna de 1922 contribuiu significativamente com a quebra do preceito de formalidade como sinônimo de cultura e de distinção de classe no Brasil.

Contribuíram também com este movimento em torno de uma nova noção de cultura a chegada no Brasil da repercussão dos movimentos sociais tipicamente urbanos, produtos no contexto da revolução industrial e da urbanização, como foi o caso do movimento “hip-hop”, as artes, a música, a literatura, como expressão contestatória às práticas de aniquilação do negro. Exemplo disto se tem o movimento musical gerado nos EUA sob a influência de raízes africanas, jamaicanas, latinas, derivando especialmente o Blues e o Jazz,

com fortes influências sobre as periferias urbanas brasileiras. Estes movimentos musicais tinham sincronias políticas, como por exemplo, na década de sessenta, o movimento liderado por Luther King. Trata-se de um novo contexto cultural brasileiro conforme analisa Carlos Guilherme Mota (1980) no livro *Ideologia da Cultura Brasileira*.

Caminhos para uma epistemologia comprometida com a prática da vida e uma saudável entre homem e a natureza

Uma epistemologia comprometida com a prática da vida e uma boa relação entre o homem e a natureza seria aquela que contemple a expressão do mundo da vida, com reconhecimento racional ao conhecimento produzido na prática do mundo da vida e novas experiências. Certamente Boaventura de Souza Santos (1987, p. 52) expressa um olhar sobre os caminhos desta nova epistemologia ao dizer que: “O conhecimento científico só o é na medida em que for ataque e confrontação. Só existe ciência enquanto crítica da realidade a partir da realidade que existe e com vista à sua transformação numa outra realidade”.

Assim, entende-se que uma epistemologia comprometida com o mundo da vida, a partir da realidade do mundo contemporâneo e com vista a transformação social, se constrói a partir especialmente dos seguintes caminhos:

- a) Com a reconstrução da ideia de razão a partir da união da teoria e da prática.

Certamente que a reflexão feita por Habermas (1987) na perspectiva da reconstrução da razão a partir da união entre teoria e prática se constitui de um caminho a ser considerado na construção de uma nova epistemologia do conhecimento. Segundo Habermas (1987, p. 25 Tome 1):

- a) Está claro que há uma realidade objetiva e que as ciências naturais tem ferramentas suficientes para explorá-la; b) Mas está claro que a lógica das ciências naturais não é a mesma lógica para aplicar as ciências humanas. Por quê?: a sociedade e a cultura são domínios estruturados ao redor dos símbolos e símbolos exigem interpretação;

qualquer metodologia utilizada na compreensão de uma realidade social que negligencie a estrutura de símbolos, fracassa.

Habermas (1987, p. 25-26, T. 1) afirma ainda que se emprega a expressão racional supondo haver uma relação entre racionalidade e saber. Podem ser mais ou menos racional as pessoas que dispõem de um saber e as expressões simbólicas, linguagem ou não, comunicacional ou não, que incorporam um saber. Fala-se de uma racionalidade de uma conduta de vida. No contexto de uma condição sociocultural de uma conduta de vida, se reflete talvez a racionalidade do mundo prático, assumida não somente pelos indivíduos, mas pela coletividade. A racionalidade de suas expressões se medem pelas relações internas entre o conteúdo do significado, as condições de validade e as razões em caso de necessidades podem ser reproduzidas para justificar de anunciados ou a eficácia das regras da ação. Racional portanto são sujeitos capazes de falar e de agir, que se iludem também, assim que possível, sobre os efeitos e as relações meios – fins. Racional é igualmente que frente a uma norma existente, pode justificar a sua ação, face a uma crítica, explicando uma situação dada em relação aos comportamentos legitimados (esperados). Habermas considera que o conhecimento (associado ao interesse) surge de problemas que a humanidade enfrenta para os quais tem que dar respostas.

b) Com um novo olhar para o senso comum

A partir da epistemologia clássica do conhecimento, o olhar que se implementa ainda nos dias atuais sobre o senso comum não é justo, pois o aliena da capacidade racional desconsiderando a sua origem a partir de produção prática da vida. Como diz Boaventura de Souza Santos (1987, 43):

“... é preciso ter presente que a caracterização do senso comum é usualmente feita a partir da ciência e que, por isso, não surpreende, que seja saturada de negatividade (ilusão, falsidade, conservadorismo, superficialidade, enviesamento, etc. Se no entanto, se fizer um esforço analítico para superar esse etnocentrismo científico, a

caracterização a que se chega pode ser bem outra e bem mais positiva.

Mas independentemente do método, dialético ou positivista, nossos pensadores das ciências humanas tendem avaliar o senso comum a partir dos preceitos clássicos da ciência moderna, distanciando assim este conhecimento da dimensão racional científica. É o caso, por exemplo, de Dermeval Saviani (1996, p. 2), um dos mais expressivos pensadores marxistas brasileiros do campo da política educacional, ao dizer que: “Passar do senso comum à consciência filosófica significa passar de uma concepção fragmentária, incoerente, desarticulada, implícita, degradada, mecânica, passiva e simplista a uma concepção unitária, coerente, articulada, explícita, original, ativa e cultivada”.

Karel Kosik pode-se dizer que tem um outro olhar para o senso comum, diminuindo o seu distanciamento em relação ao conhecimento científico, na medida em que associa a produção do conhecimento ao mundo concreto, do real da produção da vida. Karel Kosik diz que (1995, p. 19):

Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade (a realidade mesma) não porque sejam os mais superficiais e mais próximos do conhecimento sensorial, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da práxis cotidiana.

Por outro lado, este mesmo pensador não deixa de fazer suas ressalvas diferenciando assim o senso comum do conhecimento científico ao dizer que:

“...a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade.” (KOSIK, 1995, p. 15)

Porém, é necessário reconhecer novas leituras no pensamento sociológico contemporâneo a respeito do senso comum e sua relação com o conhecimento científico. Dentre estas, pode-se dizer que Gramsci se apresenta diferente ao considerar a existência da produção intelectual no mundo prático da vida. Assim se expressa Gramsci (1991, p. 3):

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura...(isto é, intelectual)”

Na contemporaneidade outros olhares aparecem numa perspectiva de conjugar o senso comum à produção do conhecimento, porém, sempre resguardando diferenciações. Como diz Michel Paty (2003, p. 11) no seu artigo intitulado “A ciência e as idas e voltas do senso comum” considera que o conhecimento tem origem no senso comum, mas que tem origem na medida em que destrona este, mas que numa segunda etapa este reconhecimento novo é assimilado até pelo grande público, reconstituindo assim um novo senso comum. Assim diz este autor: “...o senso comum é enriquecido pela assimilação dos conhecimentos científicos e, de maneira geral, pela experiência humana ” .

Em síntese, a partir de uma perspectiva clássica, independentemente do método utilizado, os pensadores se apresentam com uma tendência de construir diferenciações dicotômicas entre o senso comum e o conhecimento científico apesar de algumas aproximações como é o caso do Gramsci e do Karel Kosik. Na contemporaneidade, porém, percebe-se uma tendência de construir aproximações entre o senso comum e o conhecimento científico, resguardando diferenciações, não atribuindo ainda racionalidade ao senso comum, o que, em certa medida, isto estabelece distância entre o homem e natureza

c) Com um novo olhar para o método na perspectiva de se atribuir veracidade científica

A partir de uma perspectiva mais positiva, método resume-se no procedimento técnico de coleta das informações do meio social estudado. Mas entende-se que o método, independente de nomeá-lo, é, antes de tudo, o olhar teórico que o pesquisador tem do real que está sendo investigado e que a partir desse olhar teórico decide-se pelos procedimentos técnicos de coleta de dados.

Contudo, nas ciências humanas a tradição da investigação apresenta-se no prisma da técnica, do entendimento de ver o método como um conjunto de procedimentos técnicos de coleta de informações, especialmente na perspectiva da mensuração. Isto faz parte da epistemologia clássica da ciência moderna como já foi analisado neste texto. Adota-se o princípio de que a cientificidade está associada à boa técnica de mensuração. Bajoit (2006 p. 15) observa que os fundamentos epistemológicos clássicos da sociologia têm origem nas ciências da natureza e é a partir desses fundamentos que se pensa o método de investigação, associando cientificidade à mensuração e à “neutralidade”.

Com essa perspectiva, pesquisadores das ciências humanas adotam como princípio a necessidade da definição, *à priori*, do método de investigação, interpretando-o como um conjunto de procedimentos e técnicas de coleta de informações. Trata-se de um procedimento comum entre os pesquisadores da Sociologia e os das Ciências da Educação, especialmente entre os pesquisadores que adotam uma linha mais positivista de investigação e, assim, entendem que o distanciamento do pesquisador do real estudado constitui-se em princípio de “neutralidade” e, portanto, de cientificidade. Na verdade, como diz Hannah Arendt (2002 p. 263), “Quanto maior a distância entre o homem e o seu ambiente, o mundo ou a terra, mais ele pode observar e medir, e menos espaço mundano e terreno lhe restará”.

Porém, na perspectiva de ver o mundo real da vida como parceira no processo da produção do conhecimento, necessário se faz se desvincular da tradição clássica do método, pressupondo que o método se constrói na conjugação da formação acadêmica do pesquisador e suas vivências científicas, suas leituras teóricas, com o universo investigado. Assim, é possível que um mesmo universo social possa ser investigado de forma diferenciada, com informações diferenciadas, dependendo do olhar teórico do investigador.

Isso significa dizer que em se tratando de investigações associadas às ciências humanas, não se pode considerar haver uma verdade absoluta a partir de procedimentos homogêneos de pesquisa, mas no mínimo dois olhares teóricos diferentes, cada um indicando procedimentos diferenciados de coleta de informações. Isto é, olhar o meio social sob a perspectiva da funcionalidade, entendendo como real aquilo que se apresenta aos olhos e que, neste caso, um

mero estudo estatístico o explica, ou olhar o meio social sob a perspectiva da contradição dialética e que somente a mensuração estatística do material da vida não dá conta da real explicação.

Outro aspecto importante a ser considerado é o momento da escolha do método, mesmo que, como já dito acima, a história da formação acadêmica do pesquisador, sua opção teórica e suas leituras constituam-se elemento essencial na escolha do método, esta não pode ser feita *à priori* sem que haja uma inter-relação do pesquisador com o mundo pesquisado. Certamente, na análise que aqui se constrói, não se ousa tecer considerações acerca da própria existência ou não do método, como fez Paul Feyeraben (1989), mas faz-se necessário considerar, em primeiro lugar, que o real investigado não é algo estático, que pode ser estabelecido previamente, mas se constitui de uma constatação conjunta entre o pesquisador e o mundo pesquisado. Assim, é preciso considerar que nesta relação apresentam-se variações e contradições e que o advento das informações não se dá de forma funcional.

Outro elemento importante a ser considerado é o que diz respeito ao conhecimento envolvido na investigação, o conhecimento *à priori* e o conhecimento posterior. Numa perspectiva positiva, não existe conhecimento *à priori*, existe apenas o conhecimento novo produzido a partir da matéria investigada. Nesse caso, conhecimento seria entendido como sendo o novo, o resultado da pesquisa, simplesmente. Mas quando se vê teoricamente o universo investigado, numa perspectiva dialética, considera-se a existência do conhecimento de ambas as partes, o conhecimento teórico e bibliográfico do real investigado de parte do investigador e o conhecimento que o mundo investigado detém de quem lhe investiga e do seu próprio mundo investigado. Isso significa dizer que a partir dessa perspectiva metodológica, a efetivação do processo de investigação materializa-se a partir de dois conhecimentos que se apresentam em diferentes momentos: o *à priori*, do investigador e o seu mundo teórico, e o do investigado e o conhecimento novo produzido a partir dessa relação, dimensão esta que se materializa numa dimensão de sujeito X sujeito.

Considerações finais

Constata-se que a epistemologia da ciência hoje, com base na razão moderna, na medida em que se distancia do mundo da vida, da cultura, da tradição, da expressão da vida, distancia-se também da expressão real da vida e dos seus saberes produzidos como estratégias de sobrevivência, como é o caso do senso comum. Isto ocorre não apenas no que se refere aos parâmetros de verdade, mas especialmente ao método associando ciência à verdade técnica com peso na mensuração. Isto impõe distanciamento na relação entre o homem e o mundo da vida e a natureza. Ou seja, o distanciamento do mundo da vida com alienação da expressão religiosa, da tradição e da expressão cultural, pode, no contexto do mundo contemporâneo, produzir um olhar de distanciamento e de dominação sobre o meio natural.

Constata-se ainda que a temática deste artigo, para além de um debate acadêmico, se constitui de um debate político, estando relacionado ao próprio desenvolvimento social especialmente de grupos sociais em condições de pobreza os quais mantêm uma relação mais afetiva com o mundo natural. Esta temática representa também um debate político pelo fato de se apresentar a necessidade de se criar uma nova epistemologia do conhecimento das ciências humanas independente dos parâmetros clássicos de mensuração.

Assim, na perspectiva de responder a questão inicial quanto à similaridade da epistemologia clássica das políticas públicas de desenvolvimento com as questões ambientais, é possível apontar para uma complexidade que envolve estes dois universos: o núcleo rígido institucional de uma política pública, assentado na funcionalidade técnica e a expressão do social assentado na lógica do mundo da vida em consonância com o meio ambiente. Trata-se de uma complexidade conflituosa, com avanços das políticas públicas de desenvolvimento voltadas à preservação ambiental mas ainda condicionadas a uma lógica desenvolvimentista, racional e técnica das políticas de desenvolvimento econômico.

Referências

ANSART, Pierre. Sociologie de Saint-Simon. Paris: Presses Universitaires, 1970

ARENDDT, Hannah. A Condição Humana, 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

BAJOIT, Guy. Tudo muda. Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Editora Unijuí, 2006. (Coleção Método e Teorias).

BRONOWSKI, Jacob. As origens do conhecimento e da imaginação. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978

CONDORCET, J.A.N. Esboço de um quadro histórico dos Progressos do Espírito Humano. Campinas: Unicamp, 2004

CUCHE, Denys. A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. Bauru, EDUSC, 2002.

FEYERABEND, Paul. Contra o método. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FERREIRA DE ALMEIDA, João MADUREIRA PINTO, José. Teoria e investigação empírica nas ciências sociais, 1976, In:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912596D1IPA2iy3Nz71OD5.pdf>

Acesso: 10 de agosto de 2015.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC, 1989

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura, 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

GRANDJEAN, Frank. La raison et l'ave. Paris: Librairie Félix Alcan, 1920

GRINEVALD, J. Science et développement: esquisse d'une approche socio-épistémologique : In : La pluralité des mondes – Cahier de l'I.E.D.I. Genebra e Paris : P.U.F. 1975

HABERMAS, Jürgen Théorie de l'agir communicationnel, T. 1 e T 2. Paris : Fayard, 1987

HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como "ideologia". Lisboa: Edições 70, 2001

MATOS, Oligária C. F. A Escola de Frankfurt. São Paulo: Editora Moderna, 1995

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da Cultura Brasileira. São Paulo: Ática, 1980

PATY, Michel. A ciência e as idas e voltas do senso comum. Revista Scientiae Studia, n. 1, São Paulo: 2003, p. 9-26 – Disponível Scielo, Acesso em: 25/08/2015

KOSIK, Karel. A Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma ciência pós-moderna. Porto: Afrontamento, 1987.

SAVIANI, Dermeval. Educação Do Senso Comum à Consciência Filosófica. Campinas: Editora Autores Associados, 1996

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Os Novos Processos Sociais Globais e Violência. Revista São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 3, jul/set. 1999. In: WWW.scielo.br. Acesso: 19/10"1015.

TOURAINE, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1992

